

Anexo I

Modelo de declaração

a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º

1 - Luis Eduardo Martins Correia Batista, titular do cartão de cidadão nº 7722650 OZY1 válido até 12/03/2020 e com morada na Avenida Infante D. Henrique, nº. 326, 1849-006 Lisboa, na qualidade de representante legal da PROSEGUR – COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA., Contribuinte Fiscal nº. 501.290.567, na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, tendo-se constituído por Escritura Pública de 08/01/1982, publicada no Diário da República III Série nº. 52 de 04/03/1982 com os Alvarás nºs. 24 A, 24 B e 24 C com sede na Av. Infante D. Henrique nº. 326, 1849-006 Lisboa e delegações no Porto e Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência da consulta prévia para “Aquisição de Serviços de Vigilância Humana para o Festival Músicas do Mundo e Tasquinhas 2019” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara, também, que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta.
- b) Procuração

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - A PROSEGUR - Companhia de Segurança, Lda, tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

7 - A PROSEGUR - Companhia de Segurança, Lda. tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

PROSEUR
COMPANHIA DE SEGURANÇA